

**ÉTICA E CIDADANIA UMA REFLEXÃO  
ATUAL E NECESSÁRIA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS**

***ETHICS AND CITIZENSHIP  
A NECESSARY DEBATE FOR SOCIAL SCIENCES***

**Thales Haddad Novaes de ANDRADE\***

Por ocasião do estabelecimento da lei 5692/71 passou a constar no currículo do ensino fundamental a disciplina Educação Moral e Cívica. Naquele período, em que o Brasil era governado pelos militares e as instituições públicas e privadas encontravam-se mediante rígido controle, não haviam condições para o exercício da democracia. Não eram permitidas eleições livres, e as atividades sindicais e os meios de comunicação sofriam graves perseguições e censura.

Dentro desse contexto, a matéria se propunha a despertar atenção aos símbolos nacionais e às regras da vida coletiva que deveriam ser seguidos pelos indivíduos. Através da Educação Moral e Cívica aprendia-se muitas coisas diferentes: os hinos e bandeiras da Nação, as datas significativas, os deveres a serem seguidos por todos, como o pagamento de impostos, a importância do cumprimento das leis para a manutenção das condições gerais da vida coletiva etc.

Muito resumidamente, pode-se afirmar que por ela eram transmitidos os deveres dos cidadãos e os seus pressupostos morais. De forma normativa e sem espaço para discussões eram apresentados aos alunos os papéis gerais do homem que vive em sociedade e os símbolos e instituições que deveriam conduzir a organização do país.

Relembramos essa disciplina pois ela de certa forma simboliza a forma com que as questões sociais foram enfocadas no Brasil durante o regime autoritário. A organização social era pensada então enquanto um conjunto de regras e deveres estabelecidos de antemão, e que se impunham como preceitos morais, não sujeitos ao confronto de idéias.

Nesse contexto, a capacidade dos indivíduos de discutirem a base desses deveres inexistia, assim como a participação aberta e o estabelecimento dos direitos dos indivíduos. Estes em nenhum momento eram chamados para opinar sobre os rumos do país e nem participar das questões públicas. A moral e o civismo representavam por assim dizer os únicos aspectos possíveis para a discussão acerca da realidade social, esta vista como um grande conjunto de deveres a serem seguidos pelos indivíduos.

A realidade brasileira atual é sem dúvida muito diferente. Na virada do século podemos constatar a existência de princípios democráticos que permitem uma discussão e participação mais aberta dos cidadãos acerca dos problemas nacionais. Então, é possível analisar a realidade de forma diferente, de acordo com parâmetros que vão além dos anteriores, os preceitos morais e deveres cívicos.

---

<sup>(\*)</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Professor da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas e membro do Laboratório de Estudos sobre Sociedade, Ética e Cidadania – LESEC. *E-mail:* fcs@puc-campinas.edu.br

A perspectiva de trabalho do *Laboratório de Estudos sobre Sociedade, Ética e Cidadania – LESEC* – consiste exatamente em compreender a realidade social assentada na discussão sobre direitos sociais e participação política. Portanto, de forma bem diferente daquela perspectiva anterior que apontamos. Procuraremos expor aqui como os cientistas sociais podem se utilizar dos conceitos de ética e cidadania para pesquisar a realidade brasileira atual, perspectiva que vem pautando a proposta do LESEC.

De antemão podemos afirmar que se faz necessário realizar uma substituição dos termos moral e civismo por ética e cidadania, de modo tanto a se entender a sociedade brasileira como de buscar democratizá-la. Além dos deveres cívicos, existem direitos sociais para os cidadãos. E mais do que normas morais já definidas de antemão, são necessários princípios éticos que estabeleçam coletivamente, e mediante co-responsabilidade entre todos, os rumos da vida social.

Ética e cidadania portanto são conceitos que representam um avanço substantivo na forma de se conceber uma sociedade democrática, uma vez que trazem à discussão social o papel dos direitos e da transparência. Para além de discussões legalistas e formais, de idéias e receitas já prontas e indiscutíveis, ética e cidadania nos permitem situar na história e no embate concreto de idéias e atitudes as condições pelas quais as transformações sociais ocorrem.

## ÉTICA E RELAÇÕES SOCIAIS

A importância da ética para se compreender a realidade social aparece quando se percebe que o mundo cotidiano é o resultado de uma série de perspectivas e racionalidades diferentes<sup>1</sup>. Empresários, sem-terra, autoridades públicas, profissionais liberais, desempregados, estudantes etc, são diferentes grupos sociais dotados de visões de mundo e formas de atuação específicos.

Cada um desses grupos defende seus interesses e age segundo padrões próprios, o que

geralmente leva a disputas e enfrentamentos. Por exemplo, empresários são contra as ocupações de terra, os quais consideram um desrespeito às leis, enquanto estudantes se opõem à política do governo por não concordarem com suas prioridades etc. Quais grupos estão certos ou errados, e como se encontrar um meio de se determinar isso cientificamente?

Ao invés de uma moral única e absoluta que pretenda governar essas múltiplas racionalidades de maneira autoritária, entendemos que uma ética ligada às práticas sociais é capaz de avaliar as diferenças e construir um patamar de convivência entre os vários grupos.

É claro que a ética capaz de realizar isso não pode se restringir a uma abordagem unicamente filosófica, como conjunto abstrato de normas e preceitos morais. Nesse ponto a noção de ética por nós utilizada se diferencia de uma certa tradição filosófica, baseada em doutrinas fundamentais. Para nós, acima de tudo ela precisa se envolver com as questões sociais, entender seus sentidos e transformações, identificar as intenções dos agentes, denunciar os abusos e intransigências das instituições e governos etc. Detectar a existência de múltiplas racionalidades no tecido social não é suficiente, a ética deve também avaliar a legitimidade do relacionamento entre elas, e intervir quando necessário.

Podemos ilustrar esse argumento com um exemplo cotidiano, vivenciado por um grande número de pessoas: o problema dos vírus de computador. Os chamados *hackers*, indivíduos que causam estragos nas redes informáticas infectando as memórias dos computadores, não respeitam normas de convivência aceitáveis no setor que atuam. Podemos afirmar com segurança que eles vão contra normas éticas da atividade informática, e existem atividades consideradas como crime nessa área segundo a legislação.

Seria possível um filósofo, jurista ou sociólogo pensar uma ética para essa matéria há cem anos atrás, quando ainda não existiam computadores? De que maneira esse intelectual teria condições de apontar critérios de comportamento nas redes

<sup>(1)</sup> Ver BOAVENTURA SOUSA SANTOS, 1995.

informáticas se ele nunca teve acesso a essas tecnologias e formas de relacionamento social? Sua contribuição não seria suficiente para esclarecer como exatamente deve se portar um usuário da Internet frente às inúmeras possibilidades abertas pelas redes<sup>2</sup>.

O caso da engenharia genética é semelhante, pois sem conhecer com detalhes os procedimentos dessa área de conhecimento envolvendo mutações, aprimoramento genético etc. fica difícil decidir se os procedimentos são válidos ou não, e em quais casos.

Para além de justificativas morais ou jurídicas, a ética comprometida com a democratização das sociedades precisa arbitrar envolvida com o momento histórico e com os espaços de decisão existentes. Nessas condições todos os sujeitos sociais podem participar, de forma co-responsável, no estabelecimento de princípios éticos que, por sua vez, podem ser questionados frente ao aparecimento de situações novas. Tal atitude ética representa uma ferramenta fundamental para se estabelecer as regras de comportamento social dentro de uma sociedade democrática.

Nesse sentido, os princípios éticos não podem existir antes do conhecimento das relações humanas e nem se situar acima delas. A ética capaz de pensar e intervir nas relações sociais deve partir dessas próprias relações, historicamente situadas, e não se acerrar dela posteriormente.

Daí a necessidade mútua de auxílio entre as Ciências Humanas e Sociais e a Ética, pois através desse intercâmbio faz-se possível, ao mesmo tempo, pensar princípios e normas éticas e intervir nas desigualdades sociais.

## CIDADANIA: DIREITOS E PRESENÇA

A questão da cidadania também representa um ponto central na reflexão sobre a sociedade contemporânea. Para além da concepção liberal, que a restringe a seu conteúdo formal, é preciso que os cientistas sociais discutam a necessidade da ampliação dos direitos sociais e transformação da cultura política dominante.

A sociedade moderna não possui um espaço público aberto, e se ressentida da ausência de canais para o debate de temas coletivos. Cientistas afirmam que diversos segmentos sociais são excluídos das questões públicas e forçados a se situarem à margem dos processos decisórios<sup>3</sup>. Quando muito, são chamados a referendar reativamente os projetos das elites dominantes por meio dos processos eleitorais.

No limiar do século XXI, diversas alterações econômicas e tecnológicas vem ocorrendo. A globalização da economia e a expansão das tecnologias da área de informática criam novas formas de riqueza e também de desigualdades sociais. Diversos grupos sociais são incapazes de opinar sobre o rumo dessas transformações, e muitos são deixados de lado pelas regras do mercado e das políticas públicas.

A noção de cidadania é importante para se pensar essas questões, pois ela propõe que todos os indivíduos devem ter acesso às decisões sociais. Se uma sociedade não consegue garantir as condições de cidadania, os princípios democráticos não se realizam.

Podemos destacar dois aspectos da cidadania enquanto conceito para se analisar a sociedade atual.

Um aspecto reside na questão dos direitos sociais. Enquanto o civismo apresenta deveres, a cidadania discute a necessidade do estabelecimento e ampliação de direitos. Existe uma gama de direitos previstos e regulamentados pela legislação. Direito à aposentadoria, licença maternidade, jornada de trabalho, inscrição da data de validade nos produtos etc. são direitos estabelecidos por lei e que valem para todos os cidadãos. O cumprimento desses direitos e as condições para expansão de seus efeitos representam muitas vezes um grau elevado de mobilização e participação política. Ao longo da história foram travadas inúmeras lutas para a conquista de direitos sociais.

Mas a temática da cidadania não precisa se limitar aos direitos já estabelecidos e regulamentados. Cotidianamente aparecem situações

<sup>(2)</sup> Ver JUREMIR MACHADO DA SILVA, 1999.

<sup>(3)</sup> Ver VERA TELLES, 1994.

novas que solicitam uma reflexão sobre direitos e cidadania. O avanço tecnológico, a flexibilização da economia, e outros, são fenômenos que têm impacto nas conquistas sociais alcançadas.

Por exemplo, no caso da terceirização dos serviços por parte de grandes empresas. Os trabalhadores que são demitidos de empresas, e passam a atuar em agências prestadoras de serviços, perdem muitas vezes o registro na carteira de trabalho e tem que se sujeitar aos efeitos do enfraquecimento das relações trabalhistas. Os efeitos são a perda do direito às férias, ao 13º salário, seguridade social etc. Isso significa um retrocesso na área dos direitos sociais e um caso claro de como a cidadania pode sofrer desgaste pelos processos econômicos considerados eficientes.

Levando em consideração a cidadania enquanto referencial teórico, os cientistas sociais são capazes de analisar essa realidade levando em conta as condições concretas para a ampliação da participação política por parte dos diferentes grupos sociais em meio à luta pela conquista de direitos.

Em outras palavras, direitos sociais ao mesmo tempo existem formalmente e estão sendo construídos ao longo da história. As Ciências Sociais podem entender os diferentes problemas que envolvem a preocupação pela cidadania na escolha de seus objetos e em suas análises específicas.

O outro aspecto relacionado ao conceito de cidadania se refere ao problema da presença e localização dos indivíduos na sociedade. A cidadania é um conceito importante para se discutir a capacidade de integração dos indivíduos no espaço público<sup>4</sup>.

Muitas vezes ocorre que os indivíduos não procuram participar e entender as decisões tomadas pelos governos e parlamentos porque lhes dá a sensação de não pertencerem ao meio social. Isso constitui muitas vezes um fator de desequilíbrio das relações sociais, levando à incapacidade de diversos agentes de se fazer representar nos espaços coletivos de discussão.

Um exemplo dessa situação de não presença pode ser apontado na população carcerária. Os

presos, muitas vezes amontoados em celas e privados de condições civilizadas de convivência, são incapazes de se envolverem em questões coletivas. Eles sofrem um contínuo preconceito da parte de diferentes instituições, públicas e privadas, o que dificulta um envolvimento com os problemas sociais.

Analfabetos, deficientes físicos e homossexuais são grupos que muitas vezes também têm dificuldades de obter espaço para suas reivindicações, o que redundando muitas vezes em segregação e falta de visibilidade. Forma-se então um sentimento de não estar presente às relações sociais consideradas oficiais, as quais são vistas muitas vezes até com desconfiança.

Uma sociedade que exercita realmente a cidadania é capaz de transformar os indivíduos em sujeitos participantes. Para isso, as instituições públicas e privadas precisam propiciar localização e identificação aos indivíduos para que esses atuem de fato enquanto cidadãos.

A sociedade contemporânea, baseada na economia de mercado e no consumo, muitas vezes tem dificuldade em gerar envolvimento social. A competitividade do mercado e a busca incessante de lucros vai contra as propostas de solidariedade e participação estabelecidos pelo princípio da cidadania, o que faz com que essa última tenha que se esforçar ao máximo para ser aceita pelos indivíduos.

Sentimento de presença na sociedade e conquista de direitos sociais são aspectos complementares, que estão relacionados ao papel desempenhado pela cidadania como contribuição para os cientistas sociais. Diferentes objetos de estudo e metodologias são capazes de engendrar análises sobre a realidade brasileira tomando como base problemas levantados pela perspectiva da cidadania.

## CONCLUSÃO

Frente a esse quadro geral acreditamos que cientistas sociais, com seus temas e metodologias próprias, têm a possibilidade de realizarem suas

<sup>(4)</sup> Ver ANTONIO ARANTES, 2000.

pesquisas visando o fortalecimento dos princípios da ética e da cidadania.

Sabendo que esses dois conceitos se encontram em constante transformação, mediante o aparecimento contínuo de novas perspectivas sociais no fluxo histórico, não faz sentido buscar definições prontas e cartilhas consensuais. Pelo contrário, é mediante o contato vivo com a realidade que as noções de ética e cidadania vão sendo estabelecidas e superadas, para estarem construindo os princípios democráticos. O comprometimento do cientista com seu objeto e com a sociedade que o envolve, de forma ética e atenta à questão da cidadania, fortalece seu vínculo social e seu papel de intelectual.

Os pesquisadores do LESEC, envolvidos com temas diferenciados como políticas públicas, ética do habitar, corporativismo, alteridade, qualidade

de vida, estetização da realidade entre outros possíveis, tentam demonstrar que é viável construir um programa conjunto de atividade científica tendo como eixo a reflexão sobre ética e cidadania.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens paulistas*, Campinas, Ed. Unicamp, 2000.
- MACHADO DA SILVA, Juremir. *Para navegar no século XXI*, Porto Alegre, Sulina, 1999.
- SANTOS, Boaventura Souza. *Pela mão de Alice*, São Paulo, Cortez, 1995.
- TELLES, Vera Silva. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos", In: DAGNINO, Evelina. (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

